

# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA

Amélia Luísa Damiani<sup>1</sup>

**Resumo.** O presente texto localiza a relação entre a produção do espaço urbano e a moderna propriedade da terra, agora atualizando-se financeiramente, e reflete sobre o sentido da alienação espacial daí decorrente.

**Palavras-chave:** arquitetônica espacial; propriedade fundiária moderna, produção do espaço urbano, alienação espacial.

## THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE PRIVATE OWNERSHIP OF LAND

**Abstract.** This text finds the relationship between the production of urban space and the modern land ownership, now updating yourself financially, and reflects on the meaning of spatial alienation consequent.

**Keywords:** architectural space; modern land ownership, production of urban space, space alienation.

## LA PRODUCTION DE L'ESPACE URBAIN ET LA PROPRIÉTÉ PRIVÉE DE LA TERRE

**Résumé.** Ce texte trouve la relation entre la production de l'espace urbain et la propriété foncière moderne, maintenant mettant à jour financièrement, et réfléchit sur le sens de l'aliénation spatiale conséquent.

**Mots-clés :** architectonique spatiale; propriété foncière moderne ; production de l'espace urbain; aliénation spatiale

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. do Departamento de Geografia, na Universidade de São Paulo (USP).

### Introdução: do rural ao urbano e a dialética de Henri Lefebvre

Lefebvre começa a estudar o campo durante a guerra. Havia um projeto estatal à época, envolvendo recuperar o que se definia como regional e particular: encontrar as tradições dos lugares na França, que definiriam sua identidade estatista. Grupos de resistência utilizaram este projeto para descentralizar a luta contra o governo francês, submetido ao nacional socialismo alemão. Muitos militantes se dividiram territorialmente a pretexto de fazer estes estudos, que, a rigor, não desenvolveram. Lefebvre os fez: *La vallée de la campagne* e *Pyrénées*, publicados, a posteriori, em 1963 e em 1965, respectivamente, entre outros estudos, incluindo textos inéditos, não divulgados. Fez uso de literatura geográfica nesse momento, considerando o tratamento da singularidade dos gêneros de vida por parte de geógrafos. Os vilarejos marcados pelo trabalho camponês eram lidos a partir de relações socioculturais de longa duração e, de modo subvertedor, com a introdução da centralidade estatista e econômica modernas. Do ponto de vista de uma arquitetura espacial, este era o sedimento próprio da era agrária: quando prevalecia a materialidade dos objetos, a artesanaria das formas de produção, uma concepção de coletividade, composta, e depois subvertida, pela propriedade privada da terra.

A era industrial, marcada pela modernidade, é o contexto e a temporalidade homogêneos. À materialidade, a imposição de processos abstratos; a constituição e prevalência da relação capital-trabalho. A terra mesma, tornada moderna propriedade privada, resolve-se em renda dinheirária. Marx examina a ilusão de autonomia da forma trinitária: terra-capital-trabalho, resolvida como circulação de rendimentos autônomos – à terra, a renda da terra; ao capital, o lucro; ao trabalho, o salário. Todos remunerados a partir do que lhes é devido. A essência negativa da moderna relação do capital, com a exploração do trabalho e a reprodução exponencial do mundo da mercadoria, não estaria ao nível da aparência da autonomização. A modernização implica a urbanização do campo e, simultaneamente, a ruralização da cidade. A industrialização envolve o imperativo do trabalho abstrato no campo e na cidade. Define-se como divisão social do trabalho, divisão campo-cidade. As relações sociais concorrenciais estruturam o fundamento das formas de sociabilidade modernas.

A era urbana real e utópica, ao mesmo tempo, é a superação da crise implicada na separação campo-cidade. Ela identifica um elemento novo: a programação do consumo, a manipulação das necessidades, através do cotidiano; trata-se da cotidianidade. A era é urbana, real, pois estende-se além da fábrica, e possível, pois a revolução deve ir até *mudar a vida*.

Cada era vem do tempo e pode ser, simultaneamente, presente no plano da arquitetônica espacial. São sedimentos de um mesmo processo social, considerando a atualização do que vem da história.

As questões são repostas. Com a revolução russa e outras experiências socialistas, como pensar a transição do arcaísmo (produção camponesa) e o socialismo, quando este havia sido pensado a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução do operariado?

Abre-se a via ao debate da reforma agrária sob “a investigação cuja base teórica se situa na teoria marxista da renda fundiária.” (LEFEBVRE, 2001, p. 10)

A um só tempo há que considerar um espectro imprevisto: o que aparecia como superado – o campo e os camponeses – e refazer o caminho das revoluções: mudar a vida cotidiana, superar o industrial pelo urbano.

O mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, se generaliza no cotidiano a tal ponto que cada coisa o veicula, com suas significações. [...] O centro teórico: a relação “campo-cidade”, a saber uma relação dialética, uma oposição conflitual, que tende a se superar quando simultaneamente o antigo campo e a antiga cidade se resolvem no 'tecido urbano' generalizado. O que define a “sociedade urbana” conduz a uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos camponeses, do vilarejo, assim como de uma explosão, uma dispersão, uma proliferação desmesurada do que bem antes foi a Cidade. (2001, pp. 12 e 17)

“O histórico persiste e age no atual”, diz Lefebvre sobre estudos de sociologia rural.

Quanto à realidade camponesa, para ele detentora do esforço de grupos e reagrupamentos em comunidades rurais, que explicam inclusive, por meio de massas camponesas, “o declínio e o fim do mundo antigo, o fim da anarquia feudal”, deterioram-se as condições comunitárias com a ação dissolvente da economia

mercantil. Assim, é imprescindível considerar o estudo histórico e sociológico da comunidade camponesa, acrescido da perspectiva da arquitetônica espacial, que a nós geógrafos é basilar.

A realidade camponesa detém uma dupla complexidade: horizontal, diferenças essenciais em formações e estruturas agrárias de mesma data histórica, especialmente, as sujeitas a processos atuais; vertical, dada a coexistência de formações de idade e data diferentes. “No mundo rural mais nitidamente ainda que no artesanato, nada desapareceu inteiramente” (Idem, p. 66). O que não exclui influências, degenerescências, integrações mais ou menos bem-sucedidas do arcaico aos conjuntos recentes (Idem, p. 66). As duas complexidades se entremeiam. Aqui o autor localiza relações de campos de conhecimento, incluindo a geografia humana: a ideia de regime agrário corresponderia ao conceito geográfico de gênero de vida. Daí propõe o *método regressivo-progressivo*, que parte da descrição, faz a análise regressiva para datação exata e estuda as modificações das estruturas datadas, incluindo a subordinação às estruturas de conjunto; a volta ao atual.

Com a industrialização da agricultura, com a mercantilização generalizada a autonomia das formações mais antigas torna-se autonomização, pois comporta internamente implosões das formações tradicionais. As concepções de rendas fundiárias atualizadas levam a considerar a grande agricultura capitalista, que auferia sobrelucros permanentes: produção mecanizada; baixos salários de trabalhadores agrícolas; manipulação dos preços; em síntese, um processo de monopolização.

A história antiga clássica é história urbana, mas de cidades baseadas sobre a propriedade da terra e a agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferente de cidade e campo (neste caso as cidades verdadeiramente grandes devem ser consideradas meramente como

**“Portanto, parte representativa desses economistas, como Adam Smith e Ricardo, concebia a noção de renda da terra, isto é, a do rendimento monetário ao proprietário de terras, na sua condição de monopolista de uma porção do solo. Ela, a renda da terra, aparecia, especialmente, no momento da distribuição do capital, como uma redução do lucro industrial.”**

acampamento senhorial, como uma superfecundação sobre a estrutura propriamente econômica); a Idade Média (época germânica) surge da terra como sede da história, história cujo desenvolvimento posterior se converte logo numa contraposição entre cidade e campo; a história moderna é urbanização do campo, não, como entre os antigos, ruralização da cidade. (MARX, 1977, p. 442)

Termino esta introdução com um fragmento de texto de Karl Marx: a destacar a importância do autor para a formulação de uma teoria crítica da produção do espaço, inclusive, pela compreensão da moderna propriedade da terra.

### **Problematização: a moderna propriedade da terra e a potência da formulação das rendas fundiárias e o urbano**

Através da concepção de produção do espaço urbano, a questão da propriedade privada da terra é redefinida como momento posto, tanto no interior da concepção da economia política clássica; como, inclusive, naquela da crítica à economia política.

Quanto à primeira, a ideia que prevalecia, mais ou menos, entre os diferentes economistas, era a de um resíduo incômodo à economia moderna, que se desenvolvia. A figura dos proprietários de terra era tida como resquício, de um passado, a impedir a livre circulação do capital, aqui no sentido amplo da acumulação do capital. No processo de distribuição do capital, parte mais ou menos significativa, do produto recém-produzido, permanecia nas mãos dos proprietários de terra, prejudicando sua livre circulação e metamorfose em novas etapas da reprodução ampliada do capital, sua aplicação produtiva, base de uma sociedade acumulativa, tida como o sentido necessário da história.

Já se tratava de uma sociedade, no que respeita ao centro da economia moderna capitalista, em seu exemplo clássico, através da Inglaterra, e de uma economia que havia metamorfoseado as formas de rendimento do proprietário de terras. De modo geral, a renda em produtos, a renda em trabalho, havia sido substituída pela renda em dinheiro, ou monetária. Portanto, parte representativa desses economistas, como Adam Smith e Ricardo, concebia a noção de renda da terra, isto é, a do rendimento monetário ao

proprietário de terras, na sua condição de monopolista de uma porção do solo. Ela, a renda da terra, aparecia, especialmente, no momento da distribuição do capital, como uma redução do lucro industrial. Havia, à mesma época quem, entre eles, resgatava a condição do proprietário de terras como necessária, mesmo nesta economia moderna. Falamos aqui de Malthus, que insistia no papel desse proprietário como consumidor; realizando, portanto, uma parte do produto produzido no mercado e, nessa condição, sendo um elemento do processo reprodutivo capitalista.<sup>2</sup>

**“A hipóstase da distribuição do capital marcou o descolamento de todos os avanços da economia clássica, na análise da produção do valor pelo trabalho, e o processo distributivo, que submete e subverte às próprias conquistas teóricas desse pensamento econômico; ideologia potente do capitalismo, desde seus inícios.”**

A obra de Ricardo sobre a renda da terra diferencial influenciou sobremaneira Marx, pois remetia à sintonia entre a ampliação da riqueza produzida pelo capital e a absorção pelo proprietário de terras de porções, proporcionalmente, ampliadas da mesma riqueza, imobilizando-a potencialmente. Ainda mais, e dessa forma, definia e se apropriava da centralidade do processo do capital. A terra, na sua condição monopolizável, como recurso econômico, nesta economia abstrata do capital, era concebida e se realizava praticamente como movimento das terras mais férteis às menos férteis (produtivamente incorporadas).

Marx reviu e ampliou as concepções das rendas fundiárias, concebendo as rendas da terra: a de monopólio; as rendas diferenciais, relativas às diferentes situações (centralidades do processo do capital) e fertilidade – e, neste caso da renda diferencial, diferente de Ricardo, ele concebeu um movimento dialético, que não se resolvia somente na direção das terras mais férteis às menos, discutindo a própria terra como um produto social, que absorve novos procedimentos técnicos e, portanto, refaz sua

---

<sup>2</sup> Esta menção é apenas residual, no sentido de localizada, e não tem a intenção de resgatar a obra de Malthus, que é mais complexa, quanto a seu debate dentro do desenvolvimento da economia clássica, do que pode aqui aparecer.

condição relativa na totalidade do processo econômico - ; e definiu, singularmente, a renda absoluta (aqui, a força monopolizável da propriedade da terra se realiza não se curvando à determinação dos preços de custo das mercadorias no mercado, subvertendo a realização do lucro médio, que seria uma tendência do processo do capital).

No último tomo de *O Capital*, através da discussão dos rendimentos da terra, a concepção da complexidade da sociedade moderna, incluindo os camponeses; os pequenos proprietários; os grandes proprietários, estes na sua composição com os capitalistas – reunião numa figura macabra, segundo ele, pois se somam os monopólios do capital e da terra, num único “sujeito” - ; a relação entre os arrendatários capitalistas e os proprietários<sup>3</sup>; portanto, em pauta, a grande propriedade, a pequena propriedade, a textura das relações sociais no campo – entre o trabalho agrícola e a propriedade da terra, resolvendo-se em relações sociais mais complexas e em temporalidades histórico-sociais mais nuançadas – aparecem ampliando a concepção da sociedade moderna, resolvida, nos demais volumes, primordialmente, através do capital e do trabalho; dos capitalistas – capital mercantil, produtivo, financeiro - ; e quanto ao trabalho, especialmente, trabalho assalariado.

Neste volume indicado, o que é ainda mais fundante é a negação de resolver a sociedade moderna capitalista numa distribuição triádica do produto produzido, enquanto mercadoria: ao trabalhador, o salário; ao capitalista, o lucro; ao proprietário de terra, a renda da terra. A hipótese da distribuição do capital marcou o descolamento de todos os avanços da economia clássica, na análise da produção do valor pelo trabalho, e o processo distributivo, que submete e subverte às próprias conquistas teóricas desse pensamento econômico; ideologia potente do capitalismo, desde seus inícios.

Mas nos distanciamos de nosso argumento nuclear: aquele da necessidade de, a partir da produção do espaço urbano, rever e ir adiante dessa literatura mencionada, não sem

---

<sup>3</sup> Neste sentido, David Harvey fala, a partir de Marx: “A renda da terra é a forma como se realiza a moderna propriedade da terra, incluindo a dissolução tão completa da conexão entre o proprietário e a terra”. (HARVEY, 1990)

considerá-la a base da concepção aqui a esboçar; faremos o trajeto em alguns itens, mais ou menos problematizados:

- A produção do espaço urbano coloca a questão da acumulação primitiva do capital como estrutural. O espaço urbano tende a se constituir numa mercadoria potente o suficiente para impulsionar o capitalismo em mais de um sentido; aqui, especialmente aparece, em termos econômicos: há uma mobilidade espacial imanente ao processo do capital, ele tende ao extensivo, absorvendo, sempre, novas áreas de valorização econômica, o que implica, necessariamente, em substituir seus usos anteriores. Estrategicamente, é produzida a acumulação primitiva do espaço. Mais de um autor trata como varredura ou produção do espaço vazio. Isto é, há tendência a rentabilizar esses espaços, por um processo violento de expropriação sócio-espacial. Mais de um autor, entre eles, Neil Smith, designa como momento crucial da compreensão do espaço urbano aquele da produção de *fronteira relativa*. Relativa no sentido de, no centro ou na periferia das cidades, especialmente das grandes cidades, o tempo todo estão se produzindo novos espaços de valorização econômica, aquecendo a economia moderna, mas destituindo a condição de moradia e de vida urbana possível para parte substantiva da população urbana. Nós designamos esse processo econômico como momento expressivo da mobilidade do trabalho, atualizando esta concepção, pois nela é agregada, além da mobilidade da força de trabalho, sempre reconstituída como população excedente relativa no processo do capital, a mobilidade do morador das grandes cidades e metrópoles, particularmente e não somente. Há o tempo todo, sendo posta a dialética entre centro e periferia no urbano. O que num dado momento é a periferia, abrigo da população pauperizada, noutro momento é uma centralidade em constituição, produzida e reproduzida econômica e politicamente.

À absorção de terras de domínio público, ao saque de terras comunais, ao roubo das posses de terra camponesas, como partes da acumulação originária e pressuposto do capitalismo, soma-se a acumulação por despossessão, reposta estruturalmente, pela economia política do espaço, como condição de existência do capitalismo, sua

reprodução. Reprodução crítica, pois a valorização do valor, implicada na produção do espaço, inclui um movimento de financeirização tão voraz que pode equivaler à desvalorização, deterioração ou destruição do novo valor produzido. Nestes termos, é possível problematizar a acumulação primitiva do espaço, no âmbito da reprodução ampliada do capital.

Agora, há que esclarecer o político, nesse momento da abordagem econômica da produção do espaço urbano.

**“No limite, resume-se ao conluio entre o Estado e a economia e o primeiro socialmente se resolve como Estado de Urgência, proporcionalmente, residual na sua ação social, propriamente dita.”**

Desde os *Grundrisse*, Marx apontava as dificuldades de realização do valor em toda e qualquer mercadoria. Insistia na dificuldade de realização econômica dos meios de transportes – entre os elementos do capital fixado, fora do ambiente do processo imediato da produção. Ele seria custoso e necessitaria do amparo do Estado e do sobreproduto social para se realizar. Aqui quanto à sua produção efetiva e real. Mas há que considerar que a realização do capital produtivo

sempre exigiu a presença e sua composição com o capital financeiro, e, através dessa relação imanente, a administração da moeda como dinheiro, na sua forma de circulação, e do dinheiro como forma de capital. As regulações das formas do dinheiro passam e passavam pelo aparato estatista, que definia afinal, relativamente, os instrumentos comparativos dessas formas, frente às demais mercadorias e de sua moeda, frente às demais moedas e sua relação com os lastros internacionais monetários. Todo processo de financeirização, como momento da circulação do capital, sofria e sofre (melhor ainda, depende e controla) formas de regulação estatista – os bancos, os fundos de pensão, a inserção de novos aparatos financeiros, utilizando a bolsa de valores. Nos momentos críticos, há interferência do Estado para neutralizar os impactos das depreciações do capital, através da manipulação das moedas nacional e internacional, e seu jogo nesse espaço financeiro centralizado, que são as bolsas de valores – como modos de compensação críticos.

Mesmo com todas as formas de desregulamentação, que marcaram a acumulação do capital e o processo de modernização em curso, especialmente, a partir dos anos 1980, no mundo inteiro, ainda assim, em momentos críticos, o Sistema de Estados – pois o jogo estatista é mundial, não se resolve apenas nacionalmente – interfere, para atenuar os pontos críticos. Esta relação político-econômica é nuclear na interpretação do fôlego da reprodução social apesar dos estados críticos, que demarcam a sociedade moderna atual. No limite, resume-se ao conluio entre o Estado e a economia e o primeiro socialmente se resolve como Estado de Urgência, proporcionalmente, residual na sua ação social, propriamente dita.

A produção do espaço urbano, do ponto de vista econômico, se realiza como capital imobiliário, cada vez mais concentrado e internacionalizado, sob o amparo de estruturas institucionais estatistas nacionais e internacionais. Fala-se, sintetizando o argumento, na realização do mercado de terras como um puro bem financeiro, “a redução dos proprietários a uma facção dos capitalistas em dinheiro” (HARVEY, 1990).

Sobre sua condição de bem financeiro, é preciso esclarecer que move, simultaneamente, uma circulação monetária em todas as escalas geográficas e a terra – e sua propriedade, a moderna renda da terra – passa a se resolver como juros, a maioria das vezes, sob a contingência de produções projetadas para o futuro. Assim, o mercado de terras e a produção do espaço se resolvem enquanto determinações formais do capital, como capital fictício. A ideia de especulações imobiliárias está contida nessa concepção, ao mesmo tempo, não é exatamente suficiente, pois autonomiza os ganhos extraordinários possíveis, da explicitação de suas bases estruturais.

Há uma plasticidade dessa realização dos rendimentos da propriedade da terra: vai desde sua remuneração, nos termos dos juros internacionais, até toda ordem de rentismos, que levam a um mercado popular da habitação, cuja ordem de remuneração pode chegar ao que Marx designa como dinheiro evanescente, aquele dinheiro cotidiano, que cabe, ainda que eventualmente, no bolso da população proletarizada. Neste último caso, como no primeiro, é central a presença do crédito. Ainda no caso do pobre urbano, tanto o aluguel, como a venda da casa, ou do terreno, a crédito, vão se

ajustando aos residuais rendimentos do trabalho. Ainda assim, uma massa proletária significativa sobrevive fora desses circuitos comerciais, mesmo os mais irrisórios.

Neste espectro de realização da propriedade da terra e sua mobilização financeira, de um lado, tem-se mecanismos financeiros de securitização (titularização) do bem mercantilizado, envolvendo tanto instituições formais – que açambarcam essa financeirização, a exemplo de toda ordem de fundos imobiliários – como ações por cotas vendáveis no mercado aberto da bolsa de valores – as IPOs, comercializadas por grandes incorporadoras imobiliárias.<sup>4</sup> De outro, tem-se a casa proletária, que se realiza como lajes sobrepostas, abrigando famílias estendidas, e/ou rentismos menores, de quem mora na parte mais nobre, normalmente, a de baixo, etc. Em Jandira, na Grande São Paulo, Alexandre Souza da Rocha<sup>5</sup> fala que, nesses espaços empobrecidos, chega-se ao sétimo pavimento. No Rio de Janeiro, no complexo da Rocinha, Luciano Ximenes<sup>6</sup> acrescenta que lá já passa do décimo.

**“Assim, a produção do espaço urbano acaba por definir a negação dos estilos de vida e colocar historicamente a cotidianidade, como nível da prática social e espacial a resgatar, no interior da crítica à economia política do espaço.”**

Da urbanização de favelas à produção de grandes estruturas urbanas, os organismos internacionais, controladores das finanças internacionais - partes implicadas nos Sistemas de Estados -, atualizando a economia mundial, sob a produção mercantil capitalista, como o Banco Mundial, interferem na produção do espaço. Acabam por se constituir em “novos sujeitos” da propriedade da terra. Assim, as assimetrias sociais e

---

<sup>4</sup> IPOs, ofertas públicas de ações, em inglês. Guglielmo menciona a força dos novos mecanismos informacionais e de comunicação para falar da dispersão e concentração dos negócios urbanos metropolitanos. Dispersão pela capacidade de produção simultânea de novos negócios imobiliários em vários lugares. Centralizada pelo controle do grande capital, em grandes metrópoles, de todo esse processo.

<sup>5</sup> Alexandre Souza da Rocha foi um pesquisador implicado com as periferias urbanas, seus textos, dissertação de mestrado e tese de doutorado nos ensinam muito. A Universidade de São Paulo, através do Departamento de Geografia, contribuiu em sua formação acadêmica e usufruímos, desde então, de seu legado singular.

<sup>6</sup> Professor e pesquisador, atualmente, da PUC-Rio e da UERJ. Seu doutorado, realizado na USP, é uma contribuição extraordinária para se pensar criticamente a realidade urbana da Rocinha.

espaciais, alimentadoras da reprodução social do capitalismo, são reiteradas de modo ampliado. Eis um sentido importante da mundialização.

- As formas de atualização econômica urbana envolvem a mobilização da moderna propriedade da terra, através desses procedimentos, que socialmente produzem separações sociais, modos de segregação sócio-espaciais, e acabam por definir a produção do espaço urbano como momento nuclear e ativo da reprodução das relações sociais de produção.

Toda crítica ao urbanismo moderno nos seus fundamentos remete novamente à acumulação primitiva do espaço, agora do ponto de vista da perda dos espaços qualitativos e da subsunção da vida urbana aos espaços produzidos sob a lógica da quantidade, da homogeneização dos materiais utilizados e das técnicas de produção estandardizadas, da varredura dos lugares e de suas qualidades históricas e sociais.

Há um império de uma racionalidade espacial, em mais de uma escala, da arquitetura ao urbanismo, e à planificação espacial; para nós geógrafos, podemos falar de formas espaciais imperativas, opressoras, reguladoras; em todas as escalas, há redução dos modos de sociabilidade, que são faces da alienação espacial; portanto, decisivas na produção da proletarianização; do sujeito proletário aos destroços.

Assim, a produção do espaço urbano acaba por definir a negação dos estilos de vida e colocar historicamente a cotidianidade, como nível da prática social e espacial a resgatar, no interior da crítica à economia política do espaço. Vaneigem insiste que a luta proletária, neste sentido, deve ser pela vida, contra a sobrevivência, ou sobrevivência ampliada, nos termos de Debord.<sup>7</sup> Os espaço-tempos da vida abortados são as faces da alienação da sociedade moderna, submetida à economia política do espaço.

---

<sup>7</sup> Raoul Vaneigem e Guy Debord foram debatedores impertinentes do movimento situacionista.

## Referências Bibliográficas

- BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.
- GUGLIEMO, Raymond. *Les grandes metrópoles du monde*. Paris: Armand Colin, 1996.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulysseia, s/d.
- \_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 2001.
- MARX, Karl. *El capital*. Tomo III, volume 8. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Manuscrits de 1844*. Paris: Flammarion, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Teorias sobre la mais-valia*. México: Fondo de Cultura Econômica, Volume 2, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. Vol. 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- MATOS, Olgária C. F. *A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*. IN: Espaço e debates. São Paulo: CEBRAP, out/dez, 1982.
- NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes*. Paris: Karthala, 1995.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SASSEN, Saskia. *A cidade global*. IN: LAVINAS: LENA; CARLEIAL, Lina; e NABUCO, Maria. *A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, n.º 21, p. 15-31.
- VANEIGEIM, Raoul. *A Arte de viver para a geração nova*. Portugal: Afrontamento, 1980.